

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.052.880 - RJ (2017/0026621-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BOTUCATU ARTIGOS DE BAZAR LTDA - EPP
ADVOGADO : FELIPE DE SOUZA AVIZ E OUTRO(S) - RJ167541
AGRAVADO : GUERREIRO INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO : PAULO EGÍDIO SEABRA SUCCAR E OUTRO(S) - SP109362

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 165, 458, 535, I e II, 614, I, 618, I, do Código de Processo Civil de 1973; 8º, III, 13, § 1º, e 15, II, "a", da Lei n. 5.474/1968. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 253):

AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. COBRANÇA DE DUPLICATAS NÃO PAGAS. SENTENÇA ATACADA QUE REJEITOU OS EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUTADA/AGRAVANTE QUE ALEGA INÉPCIA NA INICIAL QUE NÃO SE ACOLHE, TENDO EM VISTA QUE CUMPRIDO O REQUISITO DO ARTIGO 283, DO CPC, JÁ QUE A EXEQUENTE/APELADA INSTRUIU SEU PEDIDO COM CÓPIA DA NOTA FISCAL E DAS DUPLICATAS LEVADAS A PROTESTO. DUPLICATAS SEM ACEITE, MAS COM ENTREGA DA MERCADORIA, AFIRMADA PELA EXECUTADA/AGRAVANTE DUPLICATA SEM ACEITE, DESDE QUE DEVIDAMENTE PROTESTADA E COMPROVADA A ENTREGA DA MERCADORIA É INSTRUMENTO HÁBIL A EMBASAR A EXECUÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 15, II, DA LEI Nº 5.494/68. ATRASO NA ENTREGA DA MERCADORIA QUE NÃO JUSTIFICA O NÃO PAGAMENTO DE 04 (QUATRO) PARCELAS POR PARTE DA AGRAVANTE. TÍTULOS QUE SE MOSTRAM HÍGIDOS E SEM QUALQUER VÍCIO A IMPEDIR A PRESENTE EXECUÇÃO. AGRAVANTE QUE NÃO TROUXE NOVA ARGUMENTAÇÃO SUFICIENTE A EMBASAR A REFORMA DA DECISÃO MONOCRÁTICA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Sustenta a agravante que a empresa agravada "protestou indevidamente os títulos anteriormente emitidos com as datas de vencimento completamente erradas do que foi pactuado entre as partes (...)" (fl. 293).

Argumenta que o princípio da cartularidade impõe a obrigatoriedade da apresentação dos títulos originais.

Afirma que a execução deve ser extinta em relação a 2 (dois) títulos que não foram protestados, pois não se mostram aptos a serem executados, nos termos do 15, II, "a", da Lei n. 5.474/1968.

Alega que "o artigo 13, § 1º da Lei de Duplicatas dispõe que só é válido o protesto por falta de aceite ou por falta de pagamento, sendo possível o protesto por indicação apenas quando comprovada a retenção do título o que não foi demonstrado nos autos (...)" (fl. 308).

Assevera, por fim, que "as duplicatas emitidas pela recorrida em desfavor da recorrente são inexigíveis e nulas de pleno direito em razão das mesmas possuírem vício intrínseco de forma por não conterem aceite e representarem negócio subjacente cujos prazos foram descumpridos" (fl. 315.)

Assim posta a questão, passo a decidir.

Inicialmente, em relação à suposta ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do CPC/2015, verifico que não existe omissão ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ademais, não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido.

No mérito, observo que a Corte de origem negou provimento ao recurso de apelação interposto pela agravante, assim discorrendo (fls. 255/257):

(...)

Em síntese, a apelada ajuizou ação de execução de título extrajudicial, afirmando que vendeu mercadorias de cama, mesa e banho para a ré, no valor de R\$ 34.390,50, que seria pago em 07 (sete) parcelas de R\$ 4.912,93, tendo a ré inadimplido com 04 (quatro) parcelas e por isso deve ser condenada a pagar à autora o

valor de R\$ 19.651,72, valor este atualizado até a data da propositura da presente ação.

Inicialmente, analiso a preliminar de inépcia da inicial pela suposta ausência das duplicatas.

Entendo que a inicial preenche os requisitos do artigo 283, do CPC, tendo juntado a empresa autora juntado a Nota Fiscal nº 1442, nos autos da ação de execução nº 0034462-37.2012.8.19.0202, fls. 13, tendo apresentado documento indispensável à propositura da ação.

Com relação ao pedido de reconhecimento de nulidade da execução por falta de protestos dos títulos, sem razão a apelante.

Verifica-se em fls. 15/18 que as duplicatas foram levadas a protesto antes do ajuizamento da presente ação, que ocorreu em 19/12/2012 ao passo que as duplicatas foram protestadas em 14/03/2011 e 06/04/2011, ou seja, cumprido o artigo 1º, da Lei 9491/97, que comprova a inadimplência da executada.

Em seus embargos à execução a própria apelante afirma que recebeu as mercadorias, porém com atraso e pede seja reconhecida sua inexigibilidade diante da inexistência do aceite.

Pois bem. Com relação à possibilidade de execução de duplicata sem o devido aceite, cumpre destacar que a duplicata é título de crédito causal, que se emite diante de negócio jurídico de compra e venda mercantil, cujo aceite é obrigatório.

Não obstante, dispõe a lei de regência que, diante da duplicata não aceita, sua execução cambial será viabilizada mediante a comprovação de entrega das mercadorias (art. 15, II letras 'a' e 'b' da Lei 5474/68).

In casu, a própria apelante afirma que recebeu as mercadorias, com atraso, mas as recebeu, tendo, inclusive, noticiado de que fizera acordo para emissão de novas duplicatas diante do atraso na entrega das mercadorias.

Os e-mails juntados pela apelante/executada dão conta de que a exequente prorrogou o pagamento da duplicata em 30 dias, bem como que seriam procedidos descontos em razão do atraso na entrega das mercadorias, com reforma positiva por parte da exequente em fls. 40. Da leitura dos e-mails citados pela apelante, pode-se concluir que, diante do atraso na entrega da mercadoria foi-lhe dada oportunidade para postergar o pagamento das duplicatas, bem como foram procedidos descontos em razão do atraso na entrega pela exequente.

Assim, a executada não comprovou que a exequente teria deixado de cumprir acordo de dilação de prazo para pagamento em 60 dias, o que também não a eximiria do cumprimento da obrigação do

pagamento das mercadorias recebidas.

De tudo, pode-se afirmar que as mercadorias foram efetivamente entregues e as notas fiscais que instruem a ação não foram pagas pela executada, tratando-se de títulos com liquidez, validade e exigibilidade.

(...)

Com efeito, anoto que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, que firmou o entendimento no sentido de que a duplicata que houver sido protestada, ainda que sem aceite, quando acompanhada da comprovação de realização do negócio jurídico subjacente, revela-se instrumento hábil a fundamentar a execução. A propósito, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS MONITÓRIOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE EMBARGANTE.

1. Consideram-se preclusas as matérias que, veiculadas no recurso especial e dirimidas na decisão agravada, não são reiteradas no agravo interno. Precedentes.

2. A jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que, ainda que sem aceite, a duplicata que houver sido protestada, quando acompanhada de comprovação de realização do negócio jurídico subjacente, revela-se instrumento hábil a fundamentar a execução.

3. O Tribunal de origem reconheceu, a partir da análise do acervo fático-probatório dos autos, que as duplicatas que embasam a presente ação de execução, embora sem aceite ordinário, foram devidamente protestadas e estão acompanhadas de comprovante de entrega das mercadorias, conclusão impossível de revisão por esta Corte, consoante o disposto na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 768.189/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 22.8.2018)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DUPLICATA SEM ACEITE. PROTESTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. GRATUIDADE

DA JUSTIÇA DEFERIDA NA ORIGEM. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. EXIGIBILIDADE SUSPensa.

1. A jurisprudência do STJ está consolidada no sentido de que a duplicata sem aceite é título hábil a aparelhar o processo de execução desde que devidamente protestada e acompanhada dos documentos suficientes para comprovar a entrega das mercadorias.

2. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no sentido de o exequente cuidou de efetivar o protesto das duplicatas, além de comprovar a efetiva entrega das mercadorias, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

3. O fato de a parte ser beneficiária da gratuidade da justiça não impede a fixação de honorários recursais, no entanto sua exigibilidade ficará suspensa na forma do art. 98, § 3º, do CPC/15, como na hipótese dos autos.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.253.903/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 7.8.2018)

Além disso, registro que rever as conclusões do Tribunal de origem, de que não ficou configurada a inépcia da inicial; de que as duplicatas foram levadas a protesto antes do ajuizamento da ação de execução; de que a agravante recebeu as mercadorias, ainda que com atraso; e de que a executada, ora recorrente, não comprovou que a exequente teria deixado de cumprir acordo de dilação de prazo para pagamento em 60 (sessenta) dias, demandaria o reexame do acervo fático dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora